



Personagens do folclore brasileiro substituem figuras tradicionais do xadrez em projeto de conclusão de curso de ex-aluna da EBA. Saci-pererê é o rei

ARTE HIPPERTT SOBRE FOTOS DE DIVULGAÇÃO/FUNAI, VICTOR MORIYAMA/ISA E WIKNATIVA

FLAGELO IANOMÂMI

“O que eu presenciei se compara a um cenário de guerra. As unidades de saúde mais parecem campos de concentração”. O relato exclusivo ao Jornal da AdUFRJ é do secretário nacional de Saúde Indígena, Ricardo Weibe Tapeba, depois de visitar a área onde estão sendo atendidos os ianomâmis, em Roraima. Subnutridos, abatidos pela malária e por verminoses, eles são o retrato mais fiel dos desmandos do governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas. Especialistas da UFRJ avaliam a extensão desse drama humanitário, fruto da invasão do garimpo ilegal e da inação dos órgãos públicos.

Páginas 4 e 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

A crise sanitária que assola o povo ianomâmi no Norte do país é nosso tema de capa. Incentivados pelo governo Bolsonaro, milhares de garimpeiros ilegais — estima-se que sejam 20 mil — ampliaram a extração de ouro no território da etnia, localizada nos estados de Amazonas e Roraima, na fronteira com a Venezuela. Com o enfraquecimento de órgãos como a Funai e o Ibama, a nova onda de garimpo ilegal levou aos ianomâmis a violência e doenças como a pneumonia, a desnutrição e diversos tipos de verminoses, além de elevar o número de casos de malária. O abandono do povo indígena, uma marca do governo Bolsonaro, se traduziu também na falta de envio de medicamentos e apoio médico, inclusive na pandemia de covid-19.

Na quarta-feira (25), a Polícia Federal abriu inquérito para investigar se houve crime de genocídio e omissão de socorro na assistência dada pelo governo federal aos ianomâmis na gestão Bolsonaro. O pedido de abertura foi feito pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e caberá à Superintendência Regional da PF em Roraima apurar se houve participação ou omissão de agentes públicos, além de identificar todos os envolvidos na cadeia do garimpo ilegal, desde os proprietários de equipamentos, fornecedores de insumos e garimpeiros até barqueiros, pilotos de aeronave e operadores de máquinas. Ouvimos especialistas para analisar os vários aspectos dessa crise humanitária, comparada ao Holocausto pelo presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres. Confira nas páginas 4 e 5.

Outra crise enfrentada pelo governo Lula em seu ainda incompleto primeiro mês de vida é o tema de nossa entrevista da página 3: a crise militar. O professor Francisco Carlos Teixeira, titular aposentado da UFRJ e emérito da Eceme (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), avalia os desdobramentos da troca de comando no Exército, sacramentada no último sábado com a demissão do general Júlio César Arruda, substituído pelo general Tomás Paiva. Para Teixeira, o governo Lula não pode ceder às pressões para deixar impunes oficiais

TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA DO CT FAZEM NOVA MOBILIZAÇÃO CONTRA EMPRESA

Continua o drama dos terceirizados de limpeza do Centro de Tecnologia vinculados à empresa Van Rosa. Na semana passada, os trabalhadores foram à pró-reitoria de Governança (PR-6) denunciar a falta de uniformes, equipamentos de proteção individual e insumos para a realização do serviço, além de maus tratos sofridos pelo supervisor da firma. Passados oito dias, os funcionários relataram à PR-6 que pouco mudou.

Os uniformes até chegaram, mas sem padronização. Alguns não receberam calças e as blusas vieram fora do tamanho para muitos deles. Botas foram distribuídas, mas nada de luvas. “Os trabalhadores não aguentam mais esse tipo de assédio. Estão passando mal, estão sem equipamentos, com uniformes trocados”, afirma a diretora da Associação dos Trabalhadores Terceirizados



da UFRJ (ATTUFRJ), Waldinéa Nascimento.

Coordenador-geral de contratos da pró-reitoria de Governança, Marcelo Braga disse que segue em tramitação o processo de inexecução contratual contra a empresa. Em relação ao polêmico supervi-

que podem ter participado da tentativa frustrada de golpe de Estado de 8 de janeiro. “Vamos só punir o lado do governo do Distrito Federal e virar a página? Fazer o que se faz sempre, a conciliação e o esquecimento para não cutucar os militares? Ou vamos tomar de vez uma decisão de que os militares não podem se envolver na política?”, questiona o professor.

Na página 6, mostramos mais um legado nefasto do governo Bolsonaro: o corte de verbas para a área de Ciência e Tecnologia. Na semana passada, o presidente Lula vetou recursos da ordem de R\$ 4,2 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), levando bolsonaristas às redes com ironias do tipo “faz o L ai”. Mas a “alegria” dos seguidores do nefasto durou pouco: na verdade, o veto seguia uma Medida Provisória editada no governo anterior, limitando a aplicação de receitas do fundo até 2026, de forma escalonada, começando por 58% em 2023. A euforia frustrada fez lembrar aquela cena que viralizou na internet em 30 de dezembro, quando bolsonaristas comemoraram o momento em que a bandeira do Brasil era baixada a meio-mastro no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo: achavam que era uma declaração de estado de guerra, mas era um sinal de luto pela morte de Pelé.

Esta edição guarda também lugar especial para notícias positivas da UFRJ. Na página 7, traçamos um perfil do professor Mychael Lourenço, do Instituto de Bioquímica Médica. Aos 33 anos, ele foi incluído em seletor grupo de 11 cientistas mais promissores do mundo na área de Bioquímica e Biologia Molecular pela revista Nature Medicine — é o único representante da América Latina. Cria da UFRJ, onde fez graduação, mestrado e doutorado, esse carioca de Copacabana tem se destacado por suas pesquisas com doenças neurodegenerativas, sobretudo o Alzheimer.

Já na página 8, personagens do folclore brasileiro substituem as tradicionais figuras do xadrez, em criação da designer Ana Beatriz Oliveira para seu trabalho de conclusão do curso de Design Industrial da Escola de Belas Artes da UFRJ. A proposta é ensinar a cultura popular nas escolas, além de estimular a cognição e o raciocínio das crianças. Os peões são curupiras, os cavalos são mulas sem cabeça. A poderosa rainha é a Cuca. E quem vai dar o xeque-mate no arisco rei Saci-perere?

Boa leitura!

SEMANA DE SAÚDE DO ESTUDANTE

■ A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PR-7) lançou edital em busca de oficinas para a Semana de Saúde do Estudante. As inscrições dos projetos podem ser feitas até 8 de fevereiro. O evento acontecerá de 27 a 31 de março. As atividades podem ser realizadas por estudantes de graduação e de pós-graduação, técnicos-administrativos e docentes. Mais informações no site da PR-7.

RÁDIO UFRJ ABRE EDITAL PARA NOVOS PROGRAMAS

■ O Núcleo de Rádio e TV da UFRJ, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura, abriu uma chamada pública para seleção e veiculação de conteúdo da Rádio UFRJ, emissora educativa multiplataforma da instituição. As inscrições estão abertas até 5 de fevereiro, no site do projeto: <https://radio.ufrj.br/>, na aba “chamadas públicas”. Os conteúdos aprovados serão veiculados ao longo do ano.

CONVÊNIOS

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO

	IBEU
	CLUB PET
	MAPLE BEAR TIJUCA
	MIT CUIDADORES
	ACADEMIA TIJUCA FIT
	MADONA CLINIC
	PSICARE
	FISIOTERAPIA RJ LTDA
	CRECHE AMANHECENDO
	CRECHE ESCOLA RECRIAR
	CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
	ROÇA URBANA ORGÂNICOS
	JC LUZ CORRETORA
	FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL
	BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS
	MACAÉ ESCOLA ALFA
	CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL
	HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR
	MAIS FITNESS ACADEMIA
	CORPUS CORPUS CENTRO DE QUALIDADE
	RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR
	KALUNGA PAPELARIA
	DROGARIA RAIA

ENTREVISTA | FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA, PROFESSOR DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA DA UFRJ

‘O FASCISMO NÃO SE DISSOLVE ASSIM, COMO LEITE EM PÓ NA ÁGUA’

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

A crise militar que paira sobre o governo Lula em seu primeiro mês de vida não tem hora para acabar. É o que avalia um dos principais pensadores brasileiros em assuntos militares, o historiador Francisco Carlos Teixeira, professor titular aposentado de História Moderna e Contemporânea da UFRJ e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Segundo ele, os militares não cogitam aceitar um eventual julgamento do tenente-coronel Mauro Cesar Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, pivô da queda do ex-comandante do Exército Júlio César Arruda, demitido no último sábado e substituído pelo general Tomás Paiva. “O que os militares neste momento não aceitam é que ele vá a julgamento. Isso não está de maneira alguma pacificado”, avalia o professor.

Nesta entrevista, Teixeira acentua que punir os militares envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro é a única forma de o governo Lula deixar claro para as Forças Armadas que os militares não podem se envolver em política. Por outro lado, ele pondera, ignorar a participação militar na tentativa de golpe é fomentar ainda mais a politização das tropas, uma marca do governo Bolsonaro. “Militares não têm que ser a favor nem contra. Eles não têm que dar opinião”, diz ele.

promover nem nomear para comandos os oficiais que estejam sub judice. Então, ao nomeá-lo, Bolsonaro quebrou as regras, a cultura e a disciplina militares. Ele foi exonerado, mas a questão é: ele vai ser julgado? E se for julgado, será por um tribunal militar ou pela Justiça civil?

● O senhor acha que os comandantes militares aceitarão isso?

■ O que os militares neste momento não aceitam é que ele vá a julgamento. Isso não está de maneira alguma pacificado. Tenho conversado com vários oficiais, inclusive oficiais em comando de regiões militares, e eles dizem que já acham ruim ele ser exonerado, e não aceitam o julgamento. Achar que seria imiscuir política nas Forças Armadas, o que na verdade quem fez foram Bolsonaro e eles (os oficiais militares) mesmos. O que o governo está tentando fazer agora é tirar a política. Mas eles não têm essa visão.

● Há resistências também em outras frentes?

■ Temos a figura do coronel Fernandes da Hora, que é o comandante da Guarda Presidencial, de proteção do Palácio do Planalto. E vimos que a Guarda nem preveniu, nem protegeu. Ao contrário: o vídeo que circula é ele em um bate-boca com um tenente da PM tentando tirar os infiltrados dele do meio dos presos. Essa Guarda Presidencial tem algo como 960 homens à disposição e esses homens não estavam lá. E também tem inteligência, o que não se viu. O batalhão, por sinal, se chama Duque de Caxias. O que é uma ironia, porque Duque de Caxias ficou na história como um militar que cumpria seus deveres rigorosamente. E tudo o que o batalhão Duque de Caxias não fez foi cumprir seus deveres.

● Além do coronel Fernandes da Hora, que outros nomes em cargos militares não inspiram confiança?

■ Há o general Dutra (Gustavo Henrique Dutra), o comandante militar do Planalto. Ele e o Fernandes da Hora têm que acompanhar o tenente-coronel Cid, porque a confiança neles é zero. Hoje (terça-feira, 24) está sendo feita a mudança do pessoal do GSI. Estão saindo os militares nomeados por Bolsonaro e está entrando a nova leva. Mas por que tanto tempo para fazer essas mudanças? O general Gonçalves Dias, amigo pessoal do Lula, já tinha que ter em 1º de janeiro os nomes de quem ia nomear. Levamos do dia 1º ao dia 24 para fazer essas nomeações de pessoas que devem prever os riscos institucionais. E aqui temos outra dimensão desse problema.

● Qual dimensão?

■ Falamos muito do governador do DF, Ibaneis Rocha, de seu secretário de Segurança, Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, e do comandante da PM de Brasília. Não resta dúvida de que foram coniventes, e desde 12 de dezembro, quando houve quebra-quebra e tentativa de invasão à sede da Polícia Federal. Mas há outro lado, o lado federal. Nem a Abin, nem o GSI, nem o batalhão Duque de Caxias, nem o Comando Militar do Planalto fizeram nada para prevenir a

invasão dos Três Poderes. A dúvida é: vamos só punir o lado do governo do Distrito Federal e virar a página? Fazer o que se faz sempre, a conciliação e o esquecimento para não cutucar os militares? Ou vamos tomar de vez uma decisão de que os militares não podem se envolver na política? E a forma de fazer isso é a punição aos responsáveis.

● Nesse sentido, como o senhor viu o posicionamento do general Mourão, de que Lula criou “um desgaste desnecessário” com a troca de comando do Exército?

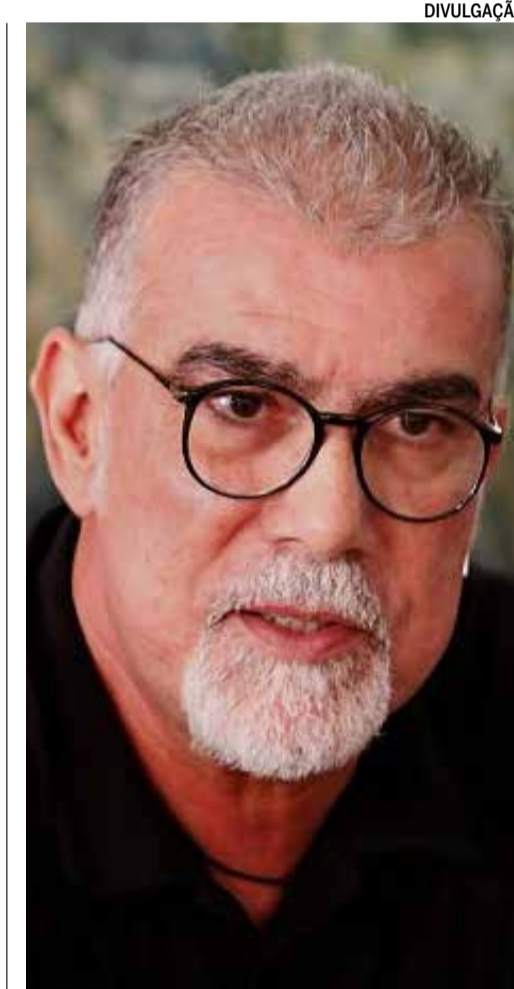
■ O Alto Comando do Exército assumiu uma posição legalista. Mas isso não quer dizer que ele é pró-Lula, ou que os generais são democratas desde crianças. Eles só fazem uma avaliação política realista de que não vale a pena se envolver nessas aventuras agora. O próprio general Tomás era chefe de gabinete do Villas Bôas (general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército), participou ativamente do impeachment da Dilma em 2016. Essa “turbo conversão” dele à democracia é estranha. Mas militares não têm que ser nem a favor nem contra. Eles não têm que dar opinião. Eu não quero um general que seja democrata, quero um general que seja profissional. Generais não deveriam ter lado, esse é o ponto central.

● Mas parece que atualmente eles têm...

■ Comemorar, como estamos comemorando, um general democrata, é um erro. Porque algum dia o outro lado pode comemorar um general fascista. Neste momento, o que se vê é que os generais não vão aceitar passivamente outros aprofundamentos para julgar pessoas. Se isso ocorrer, a situação pode ficar mais complexa.

● Então a crise continua?

■ Do lado dos militares não há nenhum ímpeto de achar que a crise está resolvida. Nada pacificado. Inclusive o próprio general Tomás não é nenhuma unanimidade. Ao contrário, ele tem poucas bases dentro do Exército neste momento. Não é uma figura que possa ser considerada pacificadora de todas as correntes ali dentro. A ideia de que Lula não foi absolvido, mas sim condenado por ação política do STF, muito difundida nas Forças Armadas por Sergio Moro, é dominante no meio militar. E no lado do governo, houve uma falsa percepção de que os acampamentos golpistas se dissolveriam por si sós. E isso não era verdade. O fascismo não se dissolve assim, como leite em pó na água. Veja: mesmo que a figura do Bolsonaro venha a se tornar tóxica e ele se torne inelegível, nós já temos hoje ao menos dois candidatos à sucessão dele. Um é o Mourão, com essas frases que vocalizam as Forças Armadas, e outro é o governador Romeu Zema, de Minas Gerais, com uma atitude extremamente agressiva em relação às investigações dos atos. É possível que continuemos a ter bolsonarismo sem Bolsonaro.



DIVULGAÇÃO

● Jornal da AdUFRJ — O senhor considera que, com a troca do comando do Exército, a crise militar foi debelada?

■ Francisco Carlos Teixeira — O próprio governo está dividido em relação a isso. O ministro da Defesa (José Múcio Monteiro), o ministro-chefe do GSI (general Gonçalves Dias) e o ministro das Relações Exteriores (Mauro Vieira) são a favor de que agora se dê um freio e se deixe só a Justiça avançar nessa questão. Já o ministro da Justiça (Flávio Dino) e o advogado-geral da União (Jorge Messias), com o apoio do STF, querem aprofundar as investigações e ver as conexões dos militares com os episódios de 8 de janeiro.

● O senhor avalia que é certa a participação de militares na tentativa de golpe de Estado?

■ O 8 de janeiro foi montado, não foi fruto de meia dúzia de comerciantes de São Paulo, do Paraná ou de Mato Grosso. Houve inteligência por trás. E mais do que isso: as pessoas não estão associando os atos em Brasília aos ataques às torres de energia no Paraná, em Rondônia e em Mato Grosso e nem às tentativas de invasão a refinarias no próprio dia 8 e na madrugada de 9 de janeiro. Quando você derruba com bombas 11 torres de energia, o que é isso? É terrorismo.

● Então a participação de militares na empreitada não se deu só por omissão ou leniência?

■ Circunscrever os acontecimentos a Brasília é perder a dimensão do que aconteceu. Havia inteligência no plano. Enquanto estavam ocorrendo os ataques em Brasília, a ideia é que o país ficasse às escuras e sem combustível. Isso é terrorismo, não há a menor dúvida nesse sentido. O próprio presidente Lula já declarou que foi golpe de Estado, que abriram as portas do Palácio do Planalto, que foi coisa de gente de dentro em que ele não confia. E nem pode confiar. Na verdade é o Lula que unifica as divergências de seu governo. Ele não exonerou Múcio nem Gonçalves Dias, mas os faz cumprir uma agenda de busca dos responsáveis.

● Ele também é alvo de um processo no STF...

■ Sim, ele ganhou um prêmio mesmo indiciado no processo de atividades antidemocráticas. É norma clara no Exército e nas Forças Armadas que você não pode

● Um dos militares investigados é

DIVULGAÇÃO/CONDIS-YY



HOLOCAUSTO

> As imagens do povo ianomâmi subnutrido chocaram o mundo e remeteram ao genocídio de judeus pelo nazismo. Especialistas investigam as causas do problema e apontam soluções

FRANCISCO PROCÓPIO
E SILVANA SA
comunica@adufrj.org.br

Em 2021, houve a maior expansão do garimpo ilegal no Brasil, em 36 anos, com 15 mil hectares explorados em todo o país, 1.556 deles na terra ianomâmi. Para se ter uma ideia, a área degradada se aproxima do tamanho da cidade de Santarém, no Pará. Os dados são do MAP Biomas, revelados pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) ao Jornal da AdUFRJ. São números que ajudam a explicar a origem e a profundidade da crise humanitária pela qual passa o povo ianomâmi. As imagens divulgadas nos últimos dias são estupefacentes. É impossível não lembrar as fotografias feitas de judeus nos campos de concentração nazistas. Por uma dessas coincidências difíceis de explicar e dolorosas de recordar, fechamos esta edição do Jornal no Dia Internacional da Lembrança do Holocausto, 27 de janeiro, data que marca os 78 anos de libertação do campo de Auschwitz-Birkenau, pelo Exército soviético.

Na quinta-feira (26), em reunião em Brasília com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, o

diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, comparou a situação dos ianomâmis ao Holocausto. “As imagens remontam a cenas que só víamos em documentários da Segunda Guerra Mundial, a cenas do Holocausto, quando víamos pessoas com ossos cobertos apenas por pele. E vemos que isso acontece em nosso próprio país. Como se chegou a esse ponto?”, disse Barra Torres.

O Ministério da Justiça, o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal instauraram investigação para entender a quem competem as responsabilidades pela tragédia. As primeiras conclusões apontam falhas, omissões e até informações falsas repassadas pela gestão Bolsonaro ao STF.

CONVIVÊNCIA

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) se reuniu com o governo Bolsonaro nos últimos anos para exigir punição aos garimpeiros, mas foi ignorada. Situação semelhante aconteceu com a antropóloga Aparecida Vilça, professora do Museu Nacional da UFRJ. Ela conta que fez três denúncias ao Ministério Público Federal nos últimos anos sobre madeireiros que invadiram terras Wari, localizadas em Rondônia. “Eu não tive nem o não como resposta.



Trata-se de um processo efetivo de genocídio de um grupo. As autoridades estatais têm consciência da extensão do crime ambiental naquela região e continuam a praticar ou permitem que outros pratiquem essas ações”

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA
Professor do Museu Nacional

Eles não tomaram providência”, lamenta a pesquisadora. Em sua avaliação, o órgão estava contaminado pela presença de militares bolsonaristas que

atuavam em convivência com os criminosos.

Os ministérios da Saúde e dos Povos Indígenas decretaram conjuntamente situação de emergência no território ianomâmi. Foram enviadas, num primeiro momento, cinco mil cestas básicas e equipes multidisciplinares para assistência à população. Mais de mil indígenas já foram atendidos e outros 700 aguardam atendimento com sintomas graves de desnutrição, malária, pneumonia, verminoses e outras doenças evitáveis. Nesta sexta-feira (27), começou a funcionar um hospital de campanha capaz de atender até 300 casos por dia.

A crise não é de agora. Quase 600 crianças ianomâmis morreram nos últimos anos vítimas de doenças evitáveis. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, só no ano passado 703 crianças da etnia foram internadas no Hospital Infantil de Roraima com sintomas de desnutrição e suas consequências. Atualmente, sete estão na UTI da unidade sem forças para respirar. Muitas delas pesando duas vezes menos do que seria o normal para a idade.

Segundo a assessoria de imprensa do MPI, grupos que comandam atividades ilegais nos territórios demarcados impedem que a ajuda médica chegue

até boa parte dos indígenas. “Postos de saúde foram abandonados e há ocupação de pistas de pouso pelo garimpo ilegal, o que dificulta o acesso das equipes”, afirma o ministério.

GENOCÍDIO

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira, também professor do Museu Nacional, falar que os indígenas brasileiros vivem uma tragédia humanitária é “eufemismo”. “Trata-se de um processo efetivo de genocídio de um grupo. As autoridades estatais têm consciência da extensão do crime ambiental naquela região e continuam a praticar ou permitem que outros pratiquem essas ações”, afirma. “Por ação ou omissão, essas autoridades devem ser responsabilizadas”.

O pesquisador destaca que a grave situação dos ianomâmis infelizmente não é um caso isolado. “É a ponta de um iceberg que tem uma extensão enorme e que atinge de maneira variável todos os povos do Brasil. Portanto, não se trata de uma tragédia ianomâmi, exclusivamente. É uma tragédia que afeta de maneira extraordinariamente pesada os povos indígenas do Brasil”.

Para o especialista, há pelo menos três casos muito claros de genocídio de populações indígenas: do povo mundukuru, do Alto Tapajós, dos ianomâmis e dos guarani-kaiowá, do Mato

DIVULGAÇÃO/CONDIS-YY



Grosso do Sul. “São casos de extrema gravidade, recorrentemente denunciados, mas sem qualquer tipo de ação efetiva de defesa dessas populações”.

Em setembro do ano passado, o Tribunal Permanente dos Povos, herdeiro do Tribunal Russel – criado para investigar crimes cometidos na guerra do Vietnã –, atestou que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi responsável por crimes contra a humanidade durante a pandemia. O relatório foi encaminhado para o Tribunal Penal Internacional (Tribunal de Haia). “O governo brasileiro não se defendeu, não mandou representantes. Simplesmente ignorou o assunto e continuou a autorizar que as coisas acontecessem dessa forma”, critica João Pacheco de Oliveira.

O antropólogo denuncia, ainda, que em dezembro passado houve autorização de nova atividade de garimpo, que incide na área ianomâmi. “Feita diretamente por orientação da Casa Civil. Quem assinou esse documento foi o general Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional na gestão Bolsonaro)”, informa. “Este não é um caso de fome. Isso inclui destruição ambiental, garimpo e violência, sem que haja qualquer apuração dos fatos. O governo passado foi absolutamente conivente com essas situações”.

Especialista em populações do Alto Solimões, o pesquisador afirma que a situação naquela região é muito semelhante à vivenciada pelos ianomâmis. “Houve casos de assassinato em via pública, inclusive de um dos funcionários da Funai que fazia fiscalização. Ele foi fuzilado e não houve qualquer iniciativa de combate ou investigação. Isto aconteceu dois anos antes do caso do Dom Phillips e do Bruno Pereira (jornalista e indigenista assassinados em junho de 2022)”.



MÉTODO

Carlos Fausto, professor de antropologia do Museu Nacional, afirma que a tragédia indígena não acontece por acaso. “É um projeto de governo sustentado pela indiferença, mas também pela sequência de erros cometidos. Todas as instâncias do governo federal foram desmontadas na área de meio ambiente, de saúde e apoio indígena”.

Perguntado se também considera o caso como genocídio de um povo, ele prefere usar outra categoria. “O que está claro é que é um método. Foi executado como método que combina missão e omissão. Ação e inação. Detalhar essa rede é fundamental para desvelar o mecanismo pelo qual se produziu esse efeito perverso”, pontua. “É fundamen-



O que eu presenciei se compara a um cenário de guerra. As unidades de saúde mais parecem campos de concentração”

RICARDO WEIBE TAPEBA
Secretário Nacional de Saúde Indígena

tal ser detalhadamente descritivo para que esse método seja desmontado e os responsáveis punidos. As pessoas fogem de suas responsabilidades quando repetem que cumpriram ordens.

sem que novas pessoas sejam aliciadas para o crime. “Essa rede é muito fluante e migra rapidamente para outros territórios. Há um grande desemprego na região. É muito fácil aliciar pessoas para o garimpo”, analisa. “Por isso, o Estado precisa agir com inteligência também para resolver problemas relacionados a emprego e renda, desenvolvimento sustentável e economia verde. O Estado tem que se qualificar e agir transversalmente nessas áreas. Isso não é fácil, não vai acontecer neste governo, mas é preciso pavimentar esse caminho”.

FUTURO

Apesar do cenário caótico, o pesquisador olha para o futuro com esperança. “Há boas perspectivas. Existem, hoje, lideranças indígenas extremamente bem formadas e capazes, que não dependem mais de indigenistas e antropólogos, com voz ativa na busca de soluções para essas regiões”, acredita.

Uma dessas lideranças é o atual secretário nacional de Saúde Indígena, Ricardo Weibe Tapeba. Ativista e advogado, ele é líder do povo tabeaba, do Ceará. Ele faz parte da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (Fepoince) e, em 2016, foi eleito vereador do município de Caucaia. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, o secretário contou sobre as dores do povo ianomâmi.

“O que eu presenciei se compara a um cenário de guerra. As unidades de saúde mais parecem campos de concentração”, resume. “Os relatos das lideranças indígenas mostram que, nos últimos cinco anos, houve desabastecimento das unidades de saúde, de insumos, de medicamentos, fechamento dessas unidades, poucos profissionais, falta d’água, de luz, de internet, de comunicação. Tudo isso aliado à presença do garimpo que gera insegurança, medo e morte”, relata. “Presenciei, de fato, um cenário de violações graves aos direitos humanos”.

A contaminação dos rios da região é apontada pelo secretário como uma das principais causas dos problemas enfrentados pelos indígenas em Roraima. “Há crianças cujo cabelo está caindo, que têm muitas feridas e outros problemas de pele. Ainda não houve investigação científica, mas nós acreditamos que esses problemas são resultado da presença do mercúrio e da contaminação das águas”, afirma. “O garimpo matou trechos de rios”.

Ele explica que a ação emergencial é resgatar as pessoas para tratar a saúde e distribuir cestas básicas para alimentação da população que não precisa de atendimento médico imediato. No médio prazo, no entanto, o secretário aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas à segurança alimentar na região. “É preciso elaborar um plano para que os ianomâmis possam cultivar a terra, plantar suas próprias roças. Hoje, eles são impedidos pelos invasores. A longo prazo, a tarefa é despoluir os rios”.

Veto bilionário ao FNDCT tem digitais de Bolsonaro

> Sanção de Lula ao orçamento de 2023 precisou seguir Medida Provisória editada pelo governo anterior, ainda em vigor. Já em outro veto à LOA, universidades não perderam vagas previstas

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Quando Lula vetou R\$ 4,2 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na semana passada, os bolsonaristas foram às redes ironizar: “Faz o L aí”. Cobravam uma reação das universidades por suposta quebra de compromisso do petista com a pesquisa nacional. Mas estavam errados. De novo. Na prática, o veto precisou seguir uma Medida Provisória, editada pelo governo passado, que restringe os recursos do fundo.

Publicada em 29 de agosto passado, a MP 1.136 limita a aplicação das receitas do FNDCT até 2026, de forma escalonada, começando por 58% em 2023 — estima-se que a arrecadação do fundo alcance quase R\$ 10 bilhões neste ano. Somente em 2027, haveria a liberação de 100%. “Essa Medida Provisória está vigente. Ela caducará, por não votação, no dia 5 de fevereiro”, explica a professora Francilene Garcia, diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). “Quando o presidente Lula sancionou o orçamento de 2023, a MP ainda em vigor impediu que a lei orçamentária colocasse 100% dos recursos no FNDCT”.

Existe a promessa da ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, de

restabelecer a integralidade dos recursos do fundo. A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a SBPC divulgaram uma nota conjunta sobre o assunto. “Nós demos nosso voto de confiança de que, em algum momento após a queda da MP, o governo enviará ao Congresso um pedido de crédito suplementar para recomposição desses 42% que foram retirados”, observa Francilene.

A representante da SBPC destaca que a liberação efetiva não será imediata. “Como é que se faz crédito suplementar? Depende de uma mensagem do Executivo ao Congresso que precisa votar e também das condições de arrecadação do Estado”, afirma Francilene. “Não é um trâmite que depende só do Executivo. É muito provável que nós não posamos contar com esse recurso por uma boa parte de 2023”.

Para além do FNDCT, a SBPC também cobra a recomposição de recursos de outras rubricas do MCTI. “Até o final de janeiro, nossa equipe está fechando a avaliação do orçamento que passou (após a sanção presidencial)”, afirma Francilene. A docente espera que o governo Lula retome a discussão da educação, ciência e tecnologia como políticas de Estado. “Não estamos falando de uma pasta, mas de uma temática fundamental para o país”, conclui.

MAS E AS VAGAS?

Na sanção do orçamento, Lula vetou a criação e provimento

“Estão se aproveitando de uma correção para dizer que são cortes”

ROSELMA LUCCHESI
Reitora da Universidade Federal de Catalão

de cargos em seis universidades chamadas “supernovas”, fundadas entre 2018 e 2019. A medida também motivou postagens com provocações bolsonaristas nas redes. Mais uma vez, sem base. As mesmas instituições estão contempladas em outro trecho da lei, com um aumento em relação ao número original de vagas solicitadas: de 1.177 para 3.518. “São equivocadas as postagens. Estão fazendo uso de um detalhe técnico da lei na qual os cargos solicitados estavam previstos em dois lugares. Estão se aproveitando de uma correção para dizer que são cortes”, esclarece a professora Roselma Lucchese, reitora da Universidade Federal de Catalão, em Goiás, uma das instituições “prejudicadas”.

O não preenchimento dos cargos até hoje é de inteira responsabilidade do governo Bolsonaro. “Na lei orçamentária de 2019, todos os cargos das uni-

versidades criadas constavam no anexo V do orçamento. Mas não foi autorizada a realização dos concursos pelo Ministério da Economia”, relata a dirigente. A situação se repetiu na LOA 2020 e 2021, com um agravante: “Com a pandemia, o governo editou a lei complementar nº 173, que proibiu a criação e provimento de novos cargos”. Na LOA 2022, os cargos sequer foram previstos. O trecho agora vetado foi um “excesso” negociado com o Congresso em que as universidades buscavam escalonar a liberação dos concursos, a partir de 2023.

Pelo diálogo realizado até aqui com o MEC atual, a reitora acredita que crescem as chances de finalmente conseguir realizar os concursos. “Talvez não o total, mas uma parcial desses cargos que tanto nos fazem falta”, diz. “Nós hoje funcionamos com o exato número de servidores de

quando éramos o campus de uma universidade-mãe (no caso de Catalão, a Federal de Goiás). Dependemos de muitas ações que são desempenhadas pelas universidades-mães”.

Neste novo momento, a reitora da Federal de Catalão também reivindica isonomia das “supernovas” com as universidades criadas durante os primeiros governos petistas. “Todas as outras criadas antes de nós tiveram uma lei de criação muito melhor, uma previsão de cargos muito superior. Nós fomos criados sem dotação orçamentária alguma”.

Ex-reitora da UFRJ e agora secretária de Educação Superior do MEC, a professora Denise Pires de Carvalho confirmou a justificativa do veto do presidente e a disposição para ajudar as novas universidades. “Estamos trabalhando para recompor os cargos, pelo menos em parte”, respondeu.

UFRJ NA EXPECTATIVA POR MAIS VERBAS

A sanção presidencial confirmou na lei orçamentária a redução de recursos discricionários da UFRJ, aprovada pelo Congresso no fim do ano passado, de R\$ 321,1 milhões para R\$ 313,6 milhões. Mas também há uma expectativa de recomposição permitirá quitar o déficit de 2022 e equilibrar novamente as contas em 2023”. A universidade trouxe um passivo de cerca de R\$ 90 milhões do ano passado.

virá tudo e como virá”, afirma o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp. “Se vier tudo, teremos o orçamento equivalente ao de 2019 (último ano antes da pandemia) corrigido pela inflação. Acreditamos que a recomposição permitirá quitar o déficit de 2022 e equilibrar novamente as contas em 2023”. A universidade trouxe um passivo de cerca de R\$ 90 milhões do ano passado.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PRECISA DE DOADORES DE SANGUE

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

O banco de sangue do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCCF) precisa de doações de todos os tipos. “A doação de sangue é uma ação cidadã e voluntária. É um exercício de solidariedade”, diz a professora Carmen Nogueira, chefe do serviço de hemoterapia do HU.

A docente informa que a média atual está em oito doadores por dia, mas é pouco. “Para abastecer o banco do hospital, o ideal é uma média de 35 a 40 por dia. Tanto doadores ocasionais quanto fixos são bem-vindos, mas o importante é que doem”, completa.

Carmen fala de projetos que buscam atrair mais pessoas, como o Família Solidária: os pa-



FERNANDO SOUZA/ARQUIVO ADUFRJ

rentes que visitam um paciente internado são informados sobre a doação de sangue. Outro exemplo é o Sangue da UFRJ (@sanguedafrj), que informa a comunidade universitária sobre o serviço.

A ação solidária é vital para o

tratamento dos pacientes, principalmente aqueles de casos complexos — transplante de órgãos sólidos, cirurgias cardíacas, doenças gastrointestinais e genéticas, entre outros.

Para doar, o cidadão deve ficar atento a alguns requisitos, como

pesar mais de 50kg, ter entre 16 a 69 anos e estar alimentado. As dúvidas podem ser esclarecidas na triagem do banco de sangue.

Aluno do internato de Medicina, Yuri Aragão fez a sua parte esta semana, quando a reportagem visitou o setor. “Os pacientes de todos os setores do hospital precisam, como cardíaco, gastro, hepato. Doar é supersimples e rápido”, afirma o estudante, doador constante desde 2018.

COMO DOAR

No 3º andar do HU, na ilha do Fundão. Das 7h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira.

REQUISITOS

- Estar em boas condições de saúde.
- Ter entre 16 e 69 anos, desde

que a primeira doação tenha sido feita até 60 anos (menores de 18 anos apenas com a autorização dos pais).

- Pesarem no mínimo 50kg;
- Estar descansado;
- Estar alimentado;
- Apresentar documento original com foto recente, que permita a identificação.

NÃO PODERÁ DOAR NOS CASOS DE:

- Ingestão de bebida alcoólica nas 12 horas anteriores à doação;
- Ter tomado a vacina da covid, de 48 horas a sete dias antes, a depender da fabricante;
- Gravidez.

A lista completa dos requisitos e impedimentos pode ser conferida em <https://bityli.com/EVLJ2>

PERFIL | MYCHAELOURENÇO, PROFESSOR DO INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA DA UFRJ

‘SER PESQUISADOR TE POSSIBILITA DEIXAR UM LEGADO PARA A HUMANIDADE’

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Citado entre os 11 jovens cientistas mais promissores do mundo na área de Bioquímica e Biologia Molecular pela revista Nature Medicine, o professor Mychael Lourenço estuda doenças neurodegenerativas, com descobertas importantes sobre o Alzheimer.

Aos 33 anos, o professor Mychael Lourenço já fez história. Ele foi citado como um dos 11 jovens pesquisadores mais relevantes do mundo em sua área por conta de suas pesquisas sobre o Alzheimer, doença que afeta cerca de um milhão de brasileiros e 35 milhões de pessoas no mundo. A lista foi divulgada pela prestigiada revista britânica Nature Medicine. Professor da UFRJ desde 2018, ele é o único representante da América Latina no seleto grupo divulgado pelo periódico. Os Estados Unidos lideram a lista com quatro nomes. Há, ainda, pesquisadores da Austrália, China, Holanda, Inglaterra e Maurício.

Amante de futebol e música, o “botafoguense, graças a Deus”, como se define, se surpreendeu com a lista divulgada pela revista. “Foi uma grata surpresa. Eu fui previamente contatado por uma editora para dar informações sobre minha pesquisa, mas ela disse apenas que era para uma matéria, sem dar muitos detalhes. Quando vi a lista, fiquei positivamente surpreso”, lembra. “Eu acredito que mais do que valorizar o meu trabalho, esta é uma forma de mostrar a Ciência brasileira, que vem sendo tão negativamente destacada e desvalorizada, para o mundo”, diz o carioca de Copacabana.

DIVERSIDADE Mychael Lourenço é cria da UFRJ. Foi aqui que ele cursou sua graduação, aprofundou suas investigações no mestrado e realizou seu doutorado. Chegou à universidade em 2007, aos 17 anos, quando ainda não existia o sistema de cotas e nem o SESu. A instituição era bastante diferente e ele era um dos poucos alunos negros do Centro de Ciências da Saúde. “A universidade mudou e vem mudando. Essa

diversidade vem sendo ampliada. E que bom. É necessário. A Ciência precisa dessa diversidade. Pessoas de origens diferentes são agregadoras para a pesquisa”.

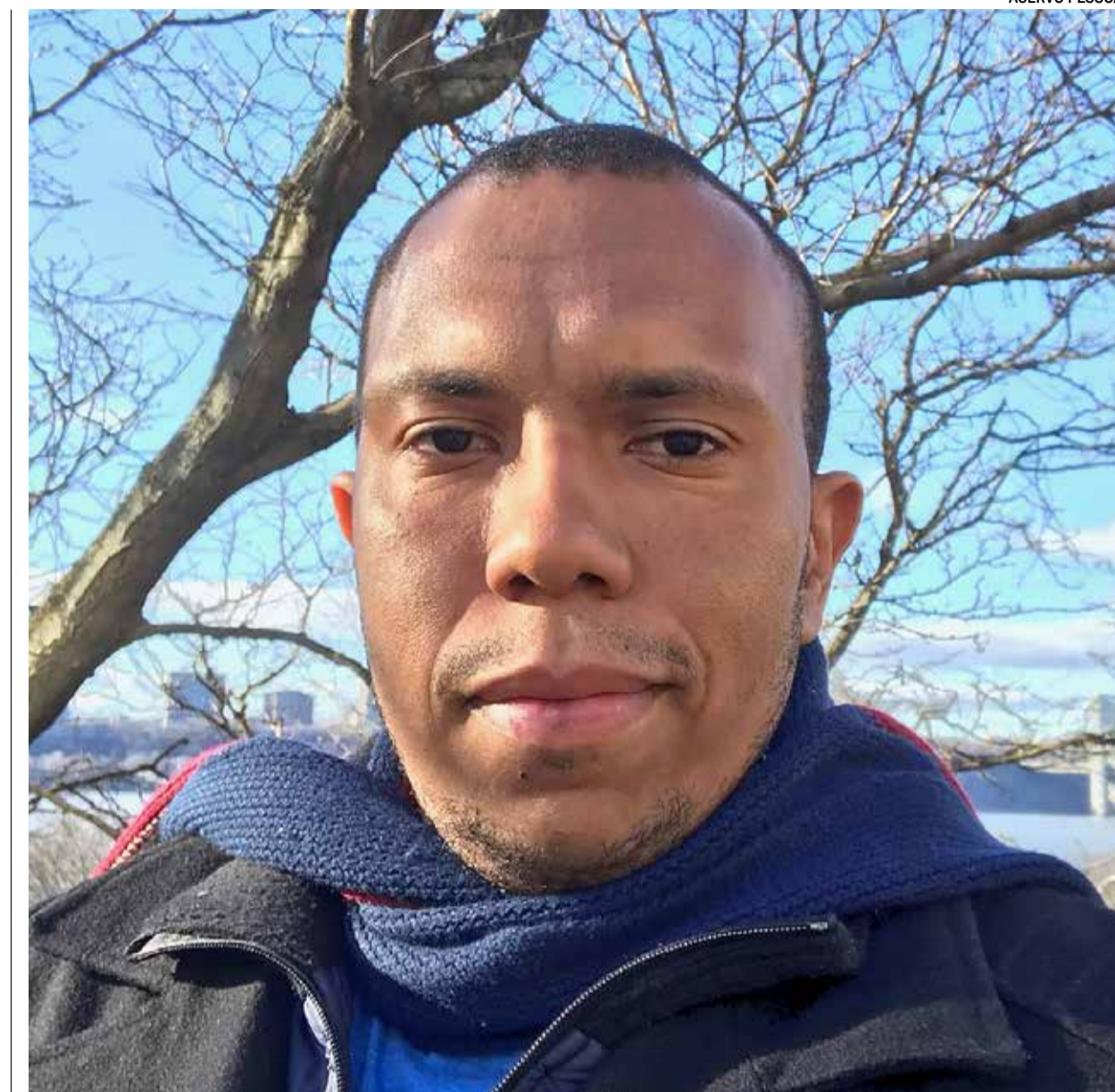
Quando iniciou a graduação, ele se apaixonou pela investigação científica. “Eu gostava muito de Biologia e resolvi que seria professor da Educação Básica”, conta o docente. “Mas, no início da graduação, tive meu primeiro contato com a pesquisa. Como sempre quis entender como o cérebro funciona, busquei estágios em Iniciação Científica com esse norte”.

Foi aí que ele chegou ao antigo Laboratório de Neurogênese e Diferenciação Celular — um embrião do atual Laboratório Nacional de Células-tronco Embrionárias) do Instituto de Ciências Biomédicas. Em seguida, migrou para o Laboratório de Doenças Neurodegenerativas do Instituto de Bioquímica Médica, ao qual é vinculado até hoje. “Acredito que tive sorte por encontrar logo uma área por qual eu era apaixonado”, recorda o professor. “Acho que isso me ajudou a amadurecer cedo minhas perguntas de pesquisa e acompanhar o desenvolvimento dessa área nos últimos anos”.

A doença de Alzheimer, da qual o professor é especialista, foi descrita pela primeira vez em 1906, mas até a década de 1980 se sabia muito pouco sobre ela. “Só nos últimos 40 anos começou a haver avanços mais significativos, mas a velocidade das descobertas foi acentuada nos últimos dez anos”, avalia Mychael Lourenço. “Hoje sabemos que tipo de abordagem funciona e quais não funcionam para tratar a doença. Mas precisamos avançar também no diagnóstico precoce e atuar no campo da prevenção”, pontua.

DESCOBERTAS

Em 2019, o professor fez parte da descoberta que associou o hormônio irisinina — produzido pelos músculos e pelo cérebro com a prática de atividades físicas — à preservação dos neurônios contra o Alzheimer. “A irisinina ajuda a proteger das transformações pelas quais o



ACERVO PESSOAL

“A universidade mudou e vem mudando. Essa diversidade vem sendo ampliada. E que bom. É necessário. A Ciência precisa dessa diversidade. Pessoas de origens diferentes são agregadoras para a pesquisa”

cérebro passa com a doença”, revela. Essas transformações são causadas pela proteína beta-amiloide que, com o avançar da idade do indivíduo, se acumula e começa a gerar grumos em torno das células neurais. “A falta de ‘limpeza’ dessa proteína afeta o funcionamento dos neurônios. Então, quanto mais cedo diagnosticarmos esse acúmulo, melhor será o tratamento desse paciente e mais lenta será a evolução da doença”, explica o professor.

Hoje, é possível detectar a presença desses grumos de beta-amiloide por meio de um exame de neuroimagem chamado PET Scan. “É um exame de alta complexidade e extremamente caro. São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre são as únicas cidades do Brasil que possuem esse exame”, exemplifica o especialista.

Outra forma de se diagnosticar o acúmulo da proteína tóxica é por meio de punção do líquido da medula espinhal. Mas, além de caro, o exame é muito invasivo. “Provoca muita dor, não é simples de ser realizado, requer tempo de recuperação do paciente e, em pessoas idosas, é especialmente complicado”.

Esses impasses levaram a Ciência a pesquisar uma forma de o diagnóstico ser realizado por meio de exame de sangue de rotina. “Já se sabe que é possível diagnosticar desta forma esse acúmulo de proteína, mas é preciso baratear os custos, otimizar o processo. Ainda são

equipamentos caros e específicos”, afirma o docente.

O cientista atua com Ciência básica para responder perguntas ligadas à evolução da doença, a tratamentos e diagnósticos. “A gente trabalha com a premissa de entender qual o ponto de não-retorno do Alzheimer, o que muda no cérebro, para descobrir como intervir. Nesse processo, descobrimos que não dá para fazer isso sem propor formas de diagnóstico e terapias que possam ser testadas por outros grupos”.

ORGULHO DE SER PESQUISADOR

Apesar das dificuldades pelas quais a ciência brasileira passa, com subfinanciamento e burocracia excessiva, Mychael Lourenço garante que não seria outra coisa senão cientista. “Ainda bem que não fiz Jornalismo, como queria quando criança”, ri. “Ser pesquisador é uma carreira muito recompensadora. Somos movidos por descobertas”, afirma.

Como recado para os estudantes que ainda não sabem se seguirão uma carreira acadêmica, o professor orienta. “O cientista pode ter experiências em outros estados, em outros países. Há possibilidades de fazer descobertas. Ser pesquisador te possibilita deixar um legado para a humanidade”.



XEQUE NO SACI

Em trabalho de conclusão de curso da EBA, a designer Ana Beatriz Oliveira criou um xadrez folclórico que viralizou nas redes sociais. Proposta é ajudar o ensino de cultura popular nas escolas

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

Para pegar um saci, diz a lenda, é preciso levar uma peneira e uma garrafa com rolha e um redemoinho. Já no xadrez folclórico criado pela designer Ana Beatriz Oliveira, o objetivo é usar um exército de curupiras, boitatás, mulas sem cabeça e outros mitos para colocar em xeque o personagem de cachimbo, que encarna o rei.

As peças moldadas em resina que ilustram esta página fizeram parte do trabalho de conclusão de curso da ex-aluna de Desenho Industrial - projeto de produto, da Escola de Belas Artes. A proposta é ensinar a cultura popular nas escolas, além de estimular a cognição e o raciocínio nas crianças. “O folclore é lúdico. É ensinado até por vídeo, mas por contato físico é melhor. As pessoas aprendem por meios diferentes por terem inteligências diferentes”, afirma Ana Beatriz.

O jogo vem acompanhado de um livreto, em que a história de cada personagem é contada e relacionada com a peça de xadrez e seu movimento no tabuleiro. Um exemplo é o Boitatá que, em sua forma de tronco, acabou associado à Torre. Com dois pares de olhos para proteger as florestas, ele pode se movimentar em duas direções, assim como a peça do xadrez tradicional. Além do Boitatá, os personagens são: Mula sem Cabeça (cavalo), Curupira (peão), Boto Cor de Rosa



■ **CURUPIRA** é o peão no jogo inventado pela aluna formada pela EBA

(bispo), Cuca (rainha) e o rei Saci. É um aprendizado que percorre várias casas.

“O ensino atual não contempla todos os meios, como, por exemplo, aquele das crianças com déficit de atenção. O livreto com a história também é muito importante”, defende Ana Beatriz, que fez o projeto voltado para as escolas públicas.

A motivação para o trabalho final resultou de um conjunto de interesses de sua trajetória. “Quando criança, eu gostava de assistir ao Sítio do Picapau Amarelo. Na escola, fiz aula de xadrez e participei

de campeonatos. Durante a pandemia, tive aula de modelagem 3D na UFRJ”, explica Ana. “Foi uma união de coisas que me interessavam, que têm propósito e sentido”.

O orientador do projeto, professor Hugo Backx, destaca o recorte social do tema. “Durante o TCC, orientei que trabalhássemos focados no ensino, principalmente em escola pública. Sabemos a dificuldade que elas têm de conseguir equipamento, livro, material”, afirma.

Backx também chama a atenção para o cuidado na elaboração do jogo. “O boto estava muito liso, no início”, exemplificou. “No design, temos uma preocupação com a coerência formal. Uma peça não poderia destoar da outra: uma ser muito detalhada; outra, muito simples”.

A preocupação de Ana Beatriz com o folclore e a cultura popular foi ressaltada pelo professor. “Muitas crianças conhecem os X-Men, nada contra, mas não conhecem Mauricio de Sousa, Ziraldo, nosso folclore”, afirma. “A cultura é um resgate. Se não mantivermos acesa, perdemos. A cultura e o conhecimento são amplos. Não pode haver ditadura. Não podem prevalecer uns sobre os outros”.

O professor Andriolli Costa, do curso de jornalismo da UERJ, pesquisa cultura popular e explica por que esse conhecimento não pode ser colocado em xeque. “Através da cultura popular, nós descobrimos a própria história do Brasil. Achamos que essas histórias são sobre monstros, mas são sobre nós. Investigando a história das tradições, falamos de racismo, misoginia, resistência”.

VIRALIZOU

O TCC foi defendido em março de 2022, mas o xadrez folclórico viralizou esta semana. Andriolli, ativo nas redes sociais, compartilhou as fotos do trabalho em suas postagens. Apenas no Twitter, o post teve 85 mil curtidas e quase 10 mil compartilhamentos. Nos 778 comentários, muitas pessoas se interessaram em comprar e elogiaram a ideia.

“Eu decidi criar um instagram para o jogo, o @xadrezfolclorico, porque muitas pessoas querem comprar, mas ainda vou demorar a começar a fazer as encomendas. Tem gente querendo para colecionar ou para dar de presente”, diz Ana Beatriz, admitindo que foi pega de surpresa. “Vejo como uma oportunidade de usar a parte dos lucros para escolas que não têm como comprar. Para escolas que têm condição, vou fazer um jogo com preço especial”. De fato, uma jogada de mestra.



■ **MULA SEM CABEÇA** ocupa o lugar do cavalo no tabuleiro